NOTÍCIAS AFRICANAS 16

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL — 21 A 27 DE JUNHO DE 1993

ANGOLA

Luanda precisa da ajuda internacional para reverter situação

As contínuas condenações da Unita no Conselho de Segurança da ONU e nas reuniões da *troika* de mediadores (Estados Unidos, Rússia e Portugal) parecem não afetar a capacidade dos rebeldes de alastrar a guerra – que já matou mais de 30 mil pessoas – a quase todo o território angolano. A passividade da comunidade internacional tem sido a melhor aliada de Savimbi, que não crê numa atitude incisiva dos Estados Unidos em defesa do governo angolano.

A intervenção dos *capacetes azuis* da ONU, a permanecer a atual posição do Conselho de Segurança, só será possível *após* um acordo de cessar-fogo entre os beligerantes. Um acordo cada vez mais difícil, enquanto Savimbi tiver a hegemonia militar.

A cláusula triplo-zero dos Acordos de Bicesse impede ambas as partes de adquirir material bélico. Mas a Unita sempre a desrespeitou, enquanto o governo, por sua posição de legitimidade, tem relutância em fazê-lo e vem solicitando sua suspensão. A *troika*, porém, na sua última reunião em Washington, dia 8 de junho, reafirmou a vigência dessa cláusula.

Não obstante, foi uma decisão sem consenso. Tanto é verdade que o representante português, B. Gala, reconhecu a necessidade de Luanda: "Julgo que tem de ser compreendida a posição do governo angolano no sentido de procurar se defender." Ele esclareceu também que a maior parte da população – analistas calculam em 60% – está sob a responsabilidade do governo, apesar de a Unita controlar perto de 80% do território.

Do ponto de vista militar, as forças rebeldes continuam mantendo a ofensiva, especialmente após a queda do Soyo, onde a atuação das Forças Armadas Angolanas foi muito criticada. A situação mais desesperadora é a de Kuíto, capital do Bié, cercada pelos rebeldes há três meses. Os meios de reabastecimento das forças governamentais escasseiam e mesmo a retirada parece impossível. "Desta vez não haverá, como no Huambo, fugitivos nem jornalistas para relatar a longa agonia dos defensores do Kuíto", disse uma fonte militar.

No Huambo, segunda cidade do país, a Unita não só tem impedido o socorro aos feridos e doentes como ainda mantém cerca de 400 reféns. O ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Durão Barroso, encontrou-se recentemente com o secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, para solicitar a Washington que pressione a Unita no sentido de permitir a saída de todos os não-angolanos dessa cidade.

Não se espera tão cedo que a pressão diplomática estanque a sangria da guerra. Segundo os correspondentes do *Expresso*, o reconhecimento por Washington do governo de Angola livremente eleito implicará em não permitir que esse precesso democrático "seja subvertido pela força das armas e afogado num banho de sangue". O primeiro-ministro angolano, Marcolino Molo, considera encorajante o fato de os mediadores "estarem dispostos a passar das palavras aos atos" em face da ampliação da guerra provocada pela Unita.

O que temos, contudo, de mais próximo no horizonte das pressões políticas e resoluções é uma outra reunião da *troika* de mediadores marcada para 8 de julho em Moscou. Quanto à retomada das negociações – que poderiam se constituir numa Abidjan II –, as Nações Unidas exigem como garantia prévia a suspensão dos combates e a libertação pela Unita de todos os estrangeiros tidos como reféns.

Quanto à primeira exigência do cessar-fogo, ela nos parece a quadratura do círculo, se depender da Unita, a menos que Luanda reverta sua posição no terreno militar. E para isso as FAA precisam de armamento e reestruturação. Esta, Portugal já está disposto a dar, pois ela consta dos Acordos do Bicesse, só que ainda demora alguns meses para surtir o efeito desejado. Quanto ao fornecimento de material bélico, é necessário forte pressão internacional para liberar Luanda da cláusula triplo-zero, reconhecendo-lhe o legítimo direito de defender as populações e as conquistas democráticas já alcançadas.

É também necessário reconhecer que, cada vez mais, a guerra de Angola emvolve ou compromete os Estados vizinhos. Apesar de estar numa situação caótica, o Zaire é, junto com a África do Sul, um dos mais comprometidos, fornecendo homens e intermediando material bélico para a Unita. Mobutu e Savimbi parecem apostar, com a sua aliança, na sobrevivência mútua. Quanto à África do Sul, o seu próprio ministro das Relações Exteriores, "Pik" Botha, confessou a seu colega angolano, Venâncio de Moura, que certos "setores" do seu país continuam ainda ajudando a Unita.

Temendo que por razões táticas as tropas de Savimbi venham a utilizar o território da Zâmbia, o governo desse país já deslocou tropas para a fronteira com Angola. A Namíbia tem o mesmo receio, sobretudo depois das ameaças que Savimbi fez quando o governo namibiano concedeu asilo a uma dúzia de militares da Unita.

Face a essa situação, o governo angolano só tem podido manter em ação as Forças Armadas e sustentar, ainda que precariamente, as populações sob sua proteção, graças ao controle que detém do petróleo de Cabinda, cuja receita anual anda à volta dos US$ 3 bilhões.

Como alertara, há meses atrás, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general João de Matos, esta não é uma guerra de curta duração. É preciso lembrar que o governo do presidente José Eduardo dos Santos, obediente à letra dos acordos de paz e jogando com a legitimidade ganha nas urnas, desmobilizou as suas antigas tropas (Fapla) antes que o novo exército comum – FAA – estivesse estruturado. A Unita, pelo contrário, retirou desde cedo o contigente que, pelos acordos, havia fornecido às FAA (do qual faziam parte 11 generais) e manteve o seu exército praticamente intacto. Ele seria desde então realimentado pela conivência dos aliados sul-africano e zairense e pela receita proveniente do controle sobre as minas de diamantes e da "venda de proteção" às companhias petrolíferas estrangeiras atuando em Angola.

O general João de Matos pede tempo para reverter a situação militar desfavorável ao governo. Na semana retrasada, a Marinha angolana bombardeava as posições da Unita na região petrolífera do Soyo.

José Maria Nunes Pereira

NESTA EDIÇÃO

ÁFRICA
- **Os africanos não querem desenvolvimento?**

MOÇAMBIQUE
- **Paz tem novo calendário (Pág. 3)**
- **Começou o grande repatriamento em Moçambique (Pág. 3)**

ÁFRICA DO SUL
- **A partilha do futuro (Pág. 5)**
- **ANC rejeita De Klerk (Pág. 5)**

CABO VERDE
- **Presidente cabo-verdiano pela penalização do aborto (Pág. 5)**
- **Médico português cria biblioteca (Pág. 6)**

GUINÉ-BISSAU
- **Primeiro-ministro guineense em Portugal (Pág. 5)**

ANGOLA
- **Unita diz que "Bicesse morreu onde nasceu" (Pág. 6)**
- **Combates no Kuíto (Pág. 7)**
- **Emergência em Angola (Pág. 7)**
- **Novo apelo do Huambo (Pág. 7)**
- **1992, o ano da vertigem (Pág. 9-11)**
- **O limite insustentável (Pág. 11)**
- **Estágio em Portugal (Pág. 12)**

GUINÉ-BISSAU

A democracia arrastada

O país de Amílcar Cabral, que foi um exemplo na luta de libertação africana e que com a sua situação político-militar acelerou o processo de democratização em Portugal e, em conseqüência, as independências de todas as colônias portuguesas, arrasta-se hoje numa crise econômica crônica, enquanto seu governo vem retardando, por vários meios, o processo eleitoral. A Guiné-Bissau não pode invocar, como desculpa para esse atraso, a existência de uma guerra civil ou de invasões estrangeiras, como é o caso de Angola e Moçambique.

O presidente da República, João Bernardo "Nino" Vieira, o famoso comandante Kabi do tempo de guerrilha, enredou-se na repressão a uma suspeita tentativa de golpe de Estado, que teria ocorrido em 17 de março passado, pondo em risco a sua condição de franco favorito às primeiras eleições presidenciais do país, que, junto com as legislativas, vêm sendo adiadas há dois anos.

A boa notícia recente proveniente de Bissau foi a libertação, dia 14 de junho, de João da Costa, presidente do Partido para a Renovação e Desenvolvimento (PRD), preso desde os "acontecimentos" de março. João da Costa foi o primeiro ministro da Saúde do seu país com a independência, em 1973.

Vinte e quatro horas depois do relaxamento da prisão de João da Costa, o Banco Mundial desbloqueou a terceira e última parcela da ajuda ao programa de ajustamento estrutural, no valor de US$ 6,5 milhões. A liberação dessa verba foi apontada por "Nino" Vieira como prova de confiança ao seu governo por parte dos organismos internacionais e uma luz verde para os parceiros econômicos negociarem com a Guiné-Bissau.

Aliás, o presidente Vieira vem desenvolvendo uma ativa campanha eleitoral, realizando comícios em todo o país. Ele, entre outras coisas, reivindica a legitimidade histórica do seu partido, o PAIGC, o único que lutou, de armas nas mãos, pela independência. Note-se que o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde ostenta, ainda hoje, o nome de um país que não representa desde 1980, quando o golpe de Estado do "Nino" Vieira sobre o governo de Luís Cabral sepultou as veleidades de unificação dos dois países. O então partido único da Guiné-Bissau permaneceu com o mesmo nome, alegando ter sido só nesse país que se desenrolou a luta armada que acarretaria também na independência, em 5 de julho de 1975, de Cabo Verde.

Acontece que legitimidade não é só um lastro imobilizado. É, sobretudo, uma conta corrente política sujeita a créditos e débitos. Chegou a hora de o eleitorado fazer a avaliação do saldo. Por falar nisso, a conta corrente da dezena de partidos da oposição não aparenta ostentar um grande volume de recursos políticos. É claro que se deve ter em consideração o pouco tempo de sua existência, a falta de lideranças com um carisma como o de "Nino" e, sobretudo, a dificuldade de movimentação num país em que as forças de segurança e o forte ranço de partido-Estado que ostenta o PAIGC são ainda dominantes.

Os "acontecimentos" de março provocaram uma aproximação entre os partidos da oposição, que na sua esmagadora maioria tinham se recusado a fazer parte da Comissão Nacional Eleitoral. Com a libertação de presos pelo Tribunal Militar, os partidos oposicionistas irão certamente legitimar a CNE e, com isso, levar as Nações Unidas a liberar perto de US$ 5 milhões, necessários para a organização de todo o processo eleitoral.

O presidente Vieira deseja que as eleições sejam realizadas ainda este ano, o mesmo que a oposição, só que esta reivindica o fim da polícia política e transparência no processo eleitoral. **(JMNP)**

CEAA debate a situação em Angola

Presidida pelo professor Candido Mendes, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos realizou, no dia 17 de junho, uma sessão de debates sobre a atual situação em Angola. Foram convidados especiais os embaixadores angolanos em visita ao Brasil, Antônio da Costa Fernandes e Adriano Parreira, além do cônsul geral de Angola no Rio de Janeiro, Ismael Diogo da Silva. Participaram dos debates professores e especialistas em assuntos africanos, além de representantes do movimento negro e membros da comunidade angolana residente no Rio de Janeiro.

O embaixador de Angola junto ao Reino Unido, Costa Fernandes, traçou um histórico do nacionalismo angolano no contexto da guerra fria e fez algumas revelações importantes sobre a trajetória da Unita e do seu líder, Jonas Savimbi.

Já o embaixador angolano junto ao Reino Unido e à Comunidade Econômica Européia, e também professor universitário, Adriano Parreira, enfatizou o tronco de história comum e de influências mútuas entre o Brasil e Angola, reforçando a solidariedade que deve existir entre os dois países.

Finalizando, o professor Candido Mendes lembrou o compromisso histórico que ele e o Conjunto Universitário Candido Mendes vêm mantendo com Angola desde o início da luta anticolonial, renovando os propósitos de, como instituição acadêmica, esclarecer a comunidade e a sociedade política da realidade desse país e dos interesses mútuos que necessitam ser preservados e desenvolvidos.

(JMNP)

vozes em português

*Carlos Lopes**

Os africanos não querem desenvolvimento?

PÚBLICO, 14.6.93

Uma amiga camaronesa publicou recentemente um livro que sugeria que nós, os africanos, não queremos o desenvolvimento. Tal aparente blasfémia merece uma explicação. O que a minha amiga Axelle Kabou queria dizer é que nós não queremos o desenvolvimento que nos propõem. Para já nunca nos perguntaram se o queríamos. Todos assumiram que o que tinha sido instituído durante o período de implantação da administração colonial era o mais apropriado para os nossos territórios, agora países.

Lei e ordem, serviços públicos, escolas e hospitais, acompanhados da benevolente presença da Igreja, eram símbolos de civilização. Finalmente os africanos entravam na modernidade e esqueciam os seus feitiços, selvajarias e superstições. Apenas um pequeno problema apareceu após a independência: a tal "modernidade" parece que não penetrou muitas mentes e depressa voltamos a nossa profícua tendência prevaricadora. A que se deve tamanho engenho?

Muitos se apressaram a atribuir os malefícios à nefasta incapacidade dos africanos de se governarem a si próprios. E acrescentaram: "Lembrem-se que a sua História começou com a chegada dos de aquém-mar." Na realidade a crise africana pode-se explicar por vários prismas e, certamente, este é um deles. Falso que é, não deixa de ter adeptos e a razão até é compreensível. É que a realidade africana é complexa e pouco esclarecida para não iniciados.

Durante os 30 anos independentes do continente, os africanos andaram a aplicar toda a espécie de modelos de desenvolvimento económico. O último dos quais, e mais conhecido, é o de ajustamento estrutural. Parece que a maior parte destes modelos funcionou em outras partes do mundo, embora em contextos e momentos históricos distintos. Mas é um facto que se pode mostrar currículo. O Banco Mundial não deixará de apontar os tigres asiáticos como exemplo de sucesso. No entanto, qualquer economista mais esclarecido poderá distinguir o trigo do joio e certificar que o tal modelo asiático é mesmo isso: asiático. Tem tanto a ver com Confúcio como com as instituições financeiras de Washington. E os africanos?

Os africanos gostam de fazer festas, receber muitas visitas, gastar o mais que podem com os amigos, arranjar desculpas para banquetes (até os funerais servem), etc. Será que isto é errado? Na lógica capitalista, com certeza. Não se pode poupar dessa forma, até se arrisca a gastar mais do que se tem. Ninguém consegue investir se não houver poupança... e por aí vamos.

O que poucos entenderam é que essas manifestações culturais dos africanos são parte de um comportamento económico bem desenvolvido e estabelecido. Em África, há uma primazia do consumo sobre a poupança. Há uma necessidade mística e sincrética de demonstrar o seu consumo socialmente. A avareza é estrangeira, a tal ponto que um avarento será classificado de "não africano". A justificação aparente para este comportamento é a necessidade de guardar a coesão de grupo e de demonstrar prestígio.

O prestígio vem do gasto social e não do que o indivíduo tem em casa ou no banco. Ostentação é bem vinda porque demonstra desdém pela acumulação. Quem acumula é calculista, comportamento mal visto por todos.

Outro exemplo interessante é que num mercado africano paga-se em função do que se é, e não pelo volume do negócio. Se o melhor cliente for um rico que compra grandes quantidades, ele terá que pagar mais "porque tem mais". Os turistas brancos que se aventuram no continente estão sistematicamente confrontados com este dilema, sem perceberem muito bem a lógica.

As possibilidades de acumulação de riqueza em África são limitadas e bem espaçadas no tempo. Este comportamento permite manter a coesão social e evitar que as desigualdades provoquem crises. Quem tem, tem de dar. O fulano é respeitado pelo que distribui e não pelo que tem. Na mesma ordem de ideias paternalismo e hierarquia estão associados à mentalidade de quem está mais preocupado com este tipo de prestígio social do que com acumulação material.

Ainda não se adoptaram modelos de desenvolvimento que respeitem estes preceitos africanos. Por isso alguns intelectuais do continente sugerem que o "outro desenvolvimento" os africanos não querem. No entretanto, aqueles africanos que têm um pé em cada lado arranjaram uma óptima solução: aplicam à risca os princípios do comportamento cultural africano no seu terreno. E expatriam para a Europa a sua acumulação.

Aprenderam bem de mais a lição dos mestres? Sim, e parece que estes últimos também ficam a ganhar com isso. ■

* sociólogo guineense

PAZ TEM NOVO CALENDÁRIO

Com largos meses de atraso em relação aos prazos acordados em Roma, as várias fases do processo de paz em Moçambique vão ser agora sujeitas a um novo calendário. A proposta vem da Missão da ONUMOZ.

● TERESA LIMA

SÁBADO, 11-17.6.93

Atenuando a impaciência da comunidade internacional financiadora do processo de paz e dos próprios moçambicanos, foram finalmente retomadas as sessões de trabalho das comissões técnicas já criadas ao abrigo do Acordo de Roma.

Com a presença dos representantes do governo, da Renamo (que há três meses tinha abandonado os seus "postos" em Maputo), dos países observadores (Itália, França, Portugal, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha), das Nações Unidas e da OUA foram retomadas as reuniões da Comissão de Supervisão e Controle, CSC e da Comissão de Cessar-Fogo, CCF, na capital do país.

Como decisão importante apenas foi formalizada a criação da Comissão Conjunta de Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, CCFADM, com a participação de Portugal, Grã Bretanha e França e a apresentação pela ONUMOZ do novo calendário para o processo de paz.

Segundo o novo calendário, a circular entre as diferentes partes para análise, a formação dos primeiros 500 instrutores militares deverá ter início no próximo mês de Julho, em Nyanga, no Zimbabwe, em simultâneo com a extinção de todas as forças paramilitares, milícias e forças irregulares.

O Presidente Joaquim Chissano pediu aos Estados Unidos assistência para o treinamento da futura polícia moçambicana.

A comunidade doadora tem-se mostrado impaciente com os atrasos, particularmente no que diz respeito aos dinheiros que estão a ser gastos com os observadores militares já presentes no terreno, mas sem tarefa concreta para realizar, o mesmo se passando com os especialistas militares britânicos, que no Zimbabwe aguardam a chegada dos primeiros instruendos.

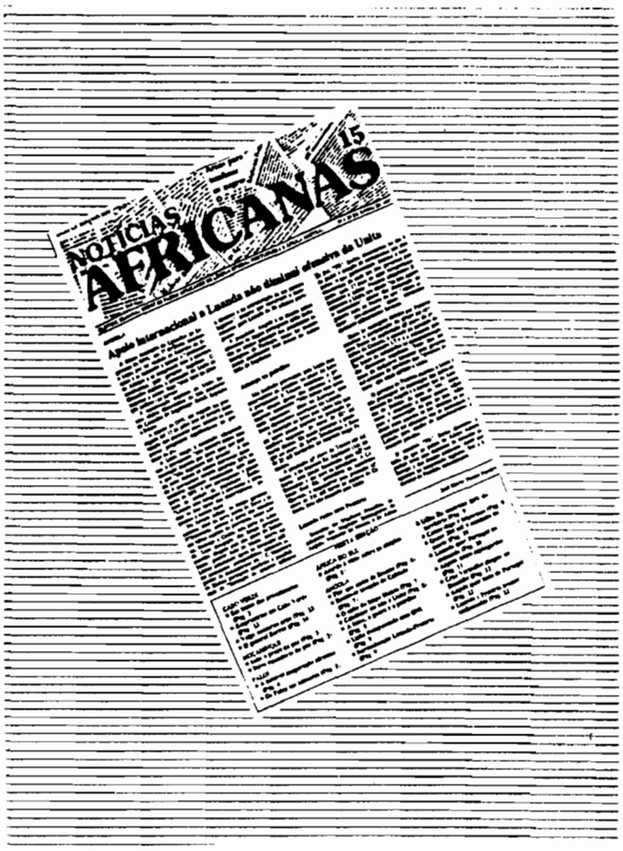
Num documento apresentado nesta sessão da CSC as "partes não moçambicanas" alertam para as despesas do processo de paz a serem suportadas pela comunidade internacional, 260 milhões de dólares só para o presente ano, deixando ficar claro que poderão suportar o "fardo", mas que este se tornará bastante pesado se os prazos continuarem a ser dilatados. Ao mesmo tempo a referida declaração, lida pelo embaixador da Itália, Manfredo Di Camerana, faz uma chamada de atenção: "Como constatamos noutras partes do mundo, as recriminações mútuas, a retórica, a ganância, a procura de vantagens, o recurso a manobras dilatórias e uma pura e simples falta de visão são a receita ideal para levar um processo de paz ao fracasso."

A proposta da ONUMOZ aponta para o início da desmobilização dos dois exércitos no mês de Setembro, estando já nessa altura no país todos os observadores militares. Em Novembro devem estar desmobilizados 25 por cento das tropas para se dar início ao primeiro ciclo de formação militar, com a participação de cinco mil soldados de ambos os lados.

O Registo eleitoral processar-se-á entre 1 de Abril e 30 de Junho de 1994 e a campanha eleitoral de 1 de Setembro a 14 de Outubro seguida das primeiras eleições gerais multipartidárias. Como passo precedente terá que ser aprovada a lei eleitoral e criada a Comissão Nacional de Eleições, acções que a ONUMOZ prevê que se realizem já no próximo mês de Julho.

Ainda este mês têm que entrar em funcionamento as restantes comissões técnicas, nomeadamente a COMINFO, para o controle da polícia e a COMPOL para supervisar o SISE (Serviço de Informação e Segurança do Estado).

Foram garantidas já as condições logísticas e financeiras para a RENAMO enviar a Maputo os seus representantes nas diversas comissões. Os 65 quartos que a RENAMO vai ocupar num dos melhores hotéis da capital moçambicana, o Hotel Cardoso, custarão mensalmente cerca de 230 mil dólares.❑



10 de Junho em Moçambique

OS MILITARES portugueses do batalhão de transmissões (BT4) que fazem parte dos contigentes da ONU em Moçambique (Onumoz) participam nas comemorações do 10 de Junho em Maputo. O programa das comemorações iniciou-se na quinta-feira passada e prolonga-se até o próximo domingo, incluindo actos culturais, provas desportivas e convívios sociais entre os portugueses residentes em Moçambique. A escritora Lídia Jorge é uma das convidadas para participar nas comemorações moçambicanas do Dia de Portugal, tendo já presidido na passada sexta-feira ao encerramento de um curso de História da Literatura Portuguesa, organizado pela embaixada portuguesa na Universidade Eduardo Mondlane, no Maputo. ■

PÚBLICO, 13.6.93

COMEÇOU O GRANDE REPATRIAMENTO EM MOÇAMBIQUE — O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) iniciou ontem uma gigantesca operação de repatriamento de milhares de moçambicanos que fugiram para países vizinhos devido à guerra e à fome em Moçambique. A operação foi formalmente iniciada no posto fronteiriço de Machipanda, província de Manica. O primeiro grupo, de 254 refugiados, proveniente do Zimbabwe, foi recebido na fronteira por responsáveis da ONU e do Governo. Estão registados no Malawi 1,1 milhões de refugiados; no Zimbabwe, 140 mil; na Zâmbia, 25 mil; na Suazilândia, 24 mil; na Tanzânia, 20 mil. Segundo o ACNUR, o repatriamento será escalonado ao longo de três anos.

PÚBLICO, 9.6.93

A partilha do futuro

EXPRESSO, 12.6.93

VIRAGENS subtis mas fundamentais nas posições das principais forças políticas da África do Sul suscitaram novas esperanças de que esteja à vista um acordo para uma das mais longas crises políticas mundiais.

As esperanças de um avanço definitivo foram encorajadas por um acordo provisório sobre a data das primeiras eleições não-raciais, marcadas para 27 de Abril do próximo ano. Mas permanece a confusão sobre um aspecto crucial de saber como e durante quanto tempo será concedida participação no poder aos brancos do país.

As conversações constitucionais sul-africanas tornaram-se um dos mais bizarros e complexos processos de negociações do mundo inteiro. Formalmente, o palco das conversações é um centro de conferências perto de Joanesburgo, onde 26 partidos discutem o futuro do país. A outro nível, as negociações assumem a forma de reuniões bilaterais entre as partes principais, principalmente entre o Governo e o ANC, por vezes entre eles e o partido Inkatha de Buthelezi, e envolvendo ocasionalmente grupos mais pequenos.

O acordo bilateral mais significativo é o relativo à anuência, potencialmente embaraçosa, do ANC em renunciar à exigência de que a Constituição que vier a ser aprovada para a «nova África do Sul» seja elaborada por uma Assembleia Constituinte escolhida nas eleições gerais do próximo ano.

O efeito colateral desta cedência do ANC foi o de levar o Inkatha para o centro do processo. Este partido, que tem agitado a ideia de secessão do seu bastião em Kwa-Zulu e Natal, opôs-se aos acordos transitórios, incluindo as eleições gerais propostas e a criação de uma Assembleia Constituinte. Em troca de um compromisso de que as competências das regiões serão decididas pelo fórum multirracial e consagradas nos princípios «constitucionais», aceitaram por agora manter-se à mesa das negociações e discutir a prometida eleição.

Apesar dos progressos notáveis das conversações, os principais obstáculos ainda não foram vencidos. O mais importante é talvez a questão relativa à partilha do poder.

O ANC tinha concordado em dar aos partidos políticos «brancos» — essencialmente, ao Partido Nacional (PN) agora no Governo — uma participação no poder durante cinco anos, prometendo-lhes um lugar num governo de coligação. O PN insistia em que a partilha do poder ficasse consagrada no texto constitucional, numa base permanente. Um projecto de Constituição que foi apresentado ao fórum multipartidário pelo PN — que ainda não foi divulgado, mas do qual o EXPRESSO conseguiu uma cópia — indica que o Presidente De Klerk está a assumir uma posição descomprometida sobre o problema.

Um posto-chave

O documento estipula que, após as eleições do próximo ano, o país seja gerido por um «governo de unidade nacional» formado pelos principais partidos políticos. O mais significativo é que exige que uma Constituição «final» assegure uma participação efectiva desses partidos nos «órgãos executivos a todos os níveis de Governo». Também exige o «máximo» de descentralização de poder para as regiões e o direito de vetarem todas as decisões que as possam afectar, tomadas pelo governo central.

Mas nos círculos próximos do ANC corre que o Governo terá indicado que estaria disposto a desistir da sua exigência de partilha permanente do poder. Consta ainda que o Presidente De Klerk poderia estar disposto a aceitar a oferta do ANC em troca de um posto-chave no Executivo de transição de cinco anos em conjugação com firmes garantias de protecção do afrikans como língua «oficial» e com uma forte descentralização de poderes para as regiões.

A questão é a de se saber se De Klerk terá, por parte do seu eleitorado, apoio suficiente para uma tal mudança de atitude, especialmente do seu grupo parlamentar. Há indícios de uma inquietação crescente nas fileiras do PN em relação ao andamento das negociações e os comentadores antevêem a deserção de alguns deputados deste partido nas próximas semanas.

Mas o Presidente De Klerk mostra-se confiante: qualquer que seja o acordo que feche com o ANC, não terá dificuldades em convencer os seus eleitores a aceitarem-no — simplesmente porque é o único acordo possível de obter.

David Beresford
correspondente
em JOANESBURGO

ANC rejeita De Klerk

PÚBLICO, 14.6.93

O ANC rejeitou ontem a proposta do Presidente De Klerk para uma transição moderada no período 1994-1999, a definir pelo conjunto das forças políticas da África do Sul e a enquadrar os desejos das principais dessas forças. O porta-voz do grupo de Mandela, Carl Niehaus, disse que a "Magna Carta" prevista por Frederik de Klerk é a ideia de "um homem que vê o poder fugir-lhe entre os dedos" e que pretende conservar alguma influência. Em entrevista ao "Sunday Times", de Joanesburgo, o Presidente defendera para os próximos anos uma política de consenso a delinear pelos dirigentes dos principais partidos, a reunir num "gabinete restrito". ■

Presidente cabo-verdiano pela penalização do aborto

O PRESIDENTE de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, defendeu a penalização do aborto no país, durante uma entrevista ao programa "Frente a Frente", transmitido no sábado pela televisão cabo-verdiana. A posição do presidente surge quase um mês após a Assembleia Nacional ter rejeitado a proposta de um deputado do Movimento para a Democracia (MPD), no poder, que na prática anularia a lei que permite a interrupção voluntária da gravidez, em vigor desde 1986. A não aprovação dessa iniciativa parlamentar mereceu por parte da Igreja católica severas críticas ao MPD, para cuja eleição, em Janeiro de 1991, foi importante o apoio do clero cabo-verdiano. ■

PÚBLICO, 14.6.93

PRIMEIRO-MINISTRO GUINEENSE EM PORTUGAL — O primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Carlos Correia, inicia hoje em Portugal uma viagem de trabalho que o levará a seis países europeus. Entrevistado pela agência Lusa, Carlos Correia sublinhou a "cooperação muito dilatada" entre Lisboa e Bissau. Carlos Correia será recebido no dia 15 pelo primeiro-ministro, Cavaco Silva, e pelo Presidente da República, Mário Soares. Entre as 12 pessoas que integram a comitiva do chefe do Governo guineense contam-se o ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Cardoso, e o secretário de Estado do Tesouro, Rui Dias de Sousa. PÚBLICO, 14.6.93

Médico português cria biblioteca em Cabo Verde

PÚBLICO, 14.6.93

A COOPERAÇÃO entre Portugal e as suas antigas colónias africanas geralmente decorre a nível governamental, pelo que não é muito comum um cidadão, neste caso português, envolver-se de modo tão intenso na vida cabo-verdiana como o médico Luís Aires de Sousa, catedrático da Universidade Nova de Lisboa. Graças ao seu esforço, Cabo Verde já pôde beneficiar de vários apoios no domínio da saúde.

Especialista em radiologia, Luís Aires de Sousa passou a interessar-se por Cabo Verde há pelo menos dez anos. Um dos seus mais recentes esforços foi conseguir para a ilha do Maio — uma das mais pobres do arquipélago — o seu primeiro aparelho de radiologia.

No sábado, na cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente, Aires de Sousa realizou um sonho de cinco anos ao dotar o hospital local de uma biblioteca médica. Para isso, contactou diversas entidades, nomeadamente o Ministério da Saúde, a Ordem dos Médicos e a Sociedade Portuguesa dos Escritores Médicos, além de empresas privadas.

Com mais de dois mil volumes, avaliados em cerca de dez mil contos, a biblioteca do Hospital Batista de Sousa — outro médico português, cujo nome ficou ligado a S. Vicente — pretende colmatar várias necessidades dos quadros da saúde.

Um donativo anónimo irá garantir a actualização permanente da biblioteca, cujos serviços informáticos estão directamente ligados à Universidade Nova de Lisboa. Está previsto, também, o empréstimo de livros a estudantes cabo-verdianos de medicina em Portugal, que depois serão canalizados para a biblioteca.

Uma parte da biblioteca particular do professor Aires de Sousa, pai de Luís Aires de Sousa e um dos primeiros radiologistas portugueses, foi doada pela família ao Hospital Baptista de Sousa.

A placa que ontem foi descerrada contém a seguinte inscrição: "Sonhei, no meio do mar, com um símbolo de Pensamento e de Liberdade", dizeres que, da autoria de Aires de Sousa, pretendem significar, segundo o próprio, "uma homenagem à cultura do povo cabo-verdiano". ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

ANGOLA DISCUTIDA EM WASHINGTON — A evolução do conflito angolano foi ontem analisada em Washington pelos três países observadores do processo de paz em Angola — Portugal, Estados Unidos e Rússia — numa reunião que teve início às 10h horas locais (16h de Lisboa), prevendo-se uma declaração do secretário de Estado da Cooperação, Briosa e Gala, no final do encontro, para apresentação das decisões. Segundo uma fonte diplomática em declarações à agência Lusa, na mesa estaria a possibilidade de adopção de "medidas punitivas" contra a UNITA caso não se consiga "influenciar uma solução negociada". **PÚBLICO, 8.6.93**

"Troika" sobre Angola

O SECRETÁRIO de Estado da Cooperação, Briosa e Gala, encontra-se em Washington para participar na reunião da "troika" de observadores do processo de paz em Angola a nível político. Nela participa também o secretário de Estado americano para os Assuntos Africanos, George Moose, e o director do Departamento de África do Ministério dos Negócios Estrangeiros russo, Grigory Karassin. Neste encontro, que se realiza na sequência do de Lisboa no passado mês de Fevereiro, "serão analisadas as posições dos respectivos países face à actual situação político-militar de Angola, nomeadamente à luz dos desenvolvimentos registados nas conversações de Abidjan e na reunião do Conselho de Segurança da ONU", segundo um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros. ■ **PÚBLICO, 8.6.93**

UNITA diz que "Bicesse morreu onde nasceu"

PÚBLICO, 8.6.93

O CHEFE do Estado-Maior General da UNITA, Arlindo Chenda Isaac Pena, "Ben Ben"', disse ontem que a presença em Portugal do seu homólogo de Luanda, João de Matos, que veio pedir a cooperação de Lisboa para a formação dos militares angolanos, "é um sinal mais do que concreto de que Bicesse morreu onde nasceu, como Alvor".

Em comunicado datado do Huambo, e lido pela emissora de Savimbi, a Vorgan, o general "Ben Ben" observa: "Se houver o ressurgir do neo-salazarismo no Governo português, enviando soldados e material de guerra para Angola, as FALA [Forças Armadas da UNITA] só terão de assumir o seu papel, como em 1961 (sic), para salvar a verdadeira independência do país e a integridade cultural dos povos bantus de Angola."

Há interesse de Angola em que seja Portugal a comandar a força internacional que as Nações Unidas poderão enviar para aquele país logo que ali cessem as hostilidades — afirmou na semana passada ao PÚBLICO fonte do ministério da Defesa, em Lisboa, onde ontem à noite era desconhecido o teor do comunicado que fora passado à imprensa.

O porta-voz do gabinete de Fernando Nogueira reafirmou a disposição do Governo português em cooperar com Angola na formação do Exército nacional: "Portugal não é responsável pela autoexclusão da UNITA em nenhuma das parcelas desse processo."

Quanto à ameaça implícita no caso de Portugal enviar soldados operacionais para Angola, o porta-voz, major Carlos Chaves, disse que a decisão só será efectiva nas condições já anunciadas: "A constituição de uma força de paz multinacional sob aval da ONU. Facto dependente de acordo entre a UNITA e o Governo de Angola."

O documento de "Ben-Ben" alega que o Estado-Maior da UNITA "está mais do que convencido que as eleições [de Setembro] foram uma farsa que o povo não pode respeitar e de que as Forças Armadas não podem ser nem vítimas e muito menos reféns".

Mais adiante, afirma que "o MPLA está a bombardear com a sua marinha de guerra a área do Soyo", em poder da UNITA.

Entretanto, a agência noticiosa Angop reproduziu informações do comandante militar de Cabinda, general José Pedro, segundo as quais os campos petrolíferos da província — que fica um pouco a norte do Soyo — estão perante o risco de um ataque da UNITA, apoiado pelo Zaire. Mas há forças suficientes para "uma resposta adequada".

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, disse por seu turno que o chefe da diplomacia de Pretória, "Pik" Botha, admitiu haver na África do Sul quem continue a ajudar a UNITA. ■

Combates no Kuíto

PÚBLICO, 12.6.93

CENTENAS de mortos e de feridos é o balanço dos últimos cinco dias na cidade angolana de Kuíto, a antiga Silva Porto, capital da província do Bié, no centro do país, a leste do Huambo.

A Rádio Nacional de Angola disse ontem que pelo menos 20 pessoas foram mortas e 15 feridas ao princípio da manhã num ataque da UNITA, que há longos meses cerca a cidade, situada à beira do Caminho de Ferro de Benguela, que liga o porto do Lobito à fronteira com o Zaire e que de há muito se encontra inoperacional.

A emissora oficial afirmou que têm explodido esta semana bombas no centro do Kuíto, mas a UNITA replica que a aviação governamental é que está a atacar ali as suas posições, tendo atingido inclusive numerosos civis que haviam procurado refúgio na catedral.

O mesmo cenário se repete em Malanje, Luena, Waku Kungo e outras posições, com o Governo e o partido de Jonas Savimbi a acusarem-se mutuamente da autoria de ataques que vão danificando edifícios e chacinando populações.

A UNITA procura reforçar o controlo da maior parte das áreas situadas em redor da província do Huambo, onde tem actualmente o seu quartel-general e onde jogou a sua maior cartada dos últimos seis meses. Mas ao mesmo tempo diz-se disponível para em qualquer altura voltar à mesa das conversações, alegando que o Governo é que se mostra relutante em negociar no futuro imediato.

Círculo vicioso

O partido de Savimbi só aceita deixar de ser a força militarmente superior em mais de dois terços de Angola depois de as Nações Unidas enviarem "capacetes azuis" para Angola, de modo a que eles procedam ao desarmamento gradual dos homens de uma e outra parte. Mas o Conselho de Segurança não quer colocar ali soldados internacionais enquanto se não verificar uma interrupção das hostilidades. De onde, um autêntico círculo vicioso que se arrasta há muitas semanas.

Por seu turno, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, reafirmou ontem que a África do Sul e o Zaire estão a apoiar a UNITA, enquanto um quadro da representação deste partido em Portugal desmentia ao PÚBLICO qualquer cooperação com forças zairenses. E Pretória já por mais de uma vez alegou ter cortado os antigos laços com Savimbi.

Luanda tem vindo a dizer que unidades do Zaire e da UNITA estão prestes a atacar Cabinda, onde se produzem 310 mil barris de petróleo por dia. Mas as Forças Armadas zairenses encontram-se praticamente num estado caótico, delas só quase se aproveitando a guarda presidencial que vai aguentando no poder o marechal Mobutu.

Cabinda e Luanda aguentam-se nas mãos do MPLA, mas no dia em que os separatistas cabindenses aumentarem a sua operacionalidade — quase nula nos últimos oito meses — crescerão as dores de cabeça do regime de José Eduardo dos Santos, que tem feito denodados esforços para reforçar a sua capacidade militar.

Um dos grupos autonomistas, a União Nacional de Libertação de Cabinda, de Lumingu Carneiro Gimby, que esteve em Luanda a conferenciar com o Presidente da República, acusou ontem a sua rival Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) de abrir os braços à UNITA. Ou seja, os dois grandes partidos da cena angolana parecem querer atrair a si as diversas sensibilidades que pretendem a autodeterminação da mais rica das províncias de Angola. E quem conseguir assegurar a posse da maior parte do petróleo nacional tem sempre uma palavra muito forte a dizer na definição do futuro angolano.

Enquanto isto, o representante em Angola da Comissão Internacional da Cruz Vermelha, Christophe Arnisch, esteve ontem reunido em Luanda com o primeiro-ministro, Marcolino Moco, a quem apresentou um plano de auxílio às populações do Huambo, Kuíto e Menongue. ■ **J.H.**

Emergência em Angola

PÚBLICO, 14.6.93

O PRIMEIRO-MINISTRO angolano, Marcolino Moco, fala hoje no Parlamento e poderá decretar o estado de emergência — anunciou ontem um correspondente da emissora portuguesa TSF, numa altura em que se continua a lutar nas zonas de Menongue, Kuíto e outras cidades desde há meses cercadas pela UNITA, que tem a superioridade militar na maior parte do território. A TSF também falou de combates na província do Bengo, que fica a uns escassos 60 quilómetros de Luanda, a capital. E a rádio da UNITA disse entretanto que as tropas de Savimbi abateram um aparelho governamental sobre a localidade do Soyo, que a oposição armada ocupa desde 24 de Maio. ■

MNE NÃO ACREDITA EM PORTUGUESES REFÉNS DA UNITA — O ministro Durão Barroso recusou-se ontem a admitir a possibilidade de a UNITA utilizar como reféns os portugueses que se encontram no Huambo. "Parece-nos inimaginável. Não queremos acreditar nessa hipótese", disse o chefe da diplomacia portuguesas. Todavia, o ministro dos Negócios Estrangeiros considera injustificáveis as dificuldades colocadas pelo movimento de Jonas Savimbi à evacuação de portugueseso. "Se a UNITA tem conseguido fazer sair elementos seus do Huambo, nomeadamente para se deslocarem às negociações que decorreram em Abidijan, e se já facilitou a deslocação à cidade de jornalistas portugueses, por que razão não faz o mesmo com os portugueses", interrogou Durão Barroso. De acordo com números da Cruz Vermelha Internacional, que Durão Barroso disse não poder confirmar, pelo menos 33 portugueses pretendem sair do Huambo. O chefe do MNE informou ainda que vai discutir o problema da evacuação dos portugueses e de cidadãos de outros países no encontro que amanhã vai manter com o secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher. **PÚBLICO, 10.6.93**

Dor de cotovelo

SÁBADO, 11-17.6.93

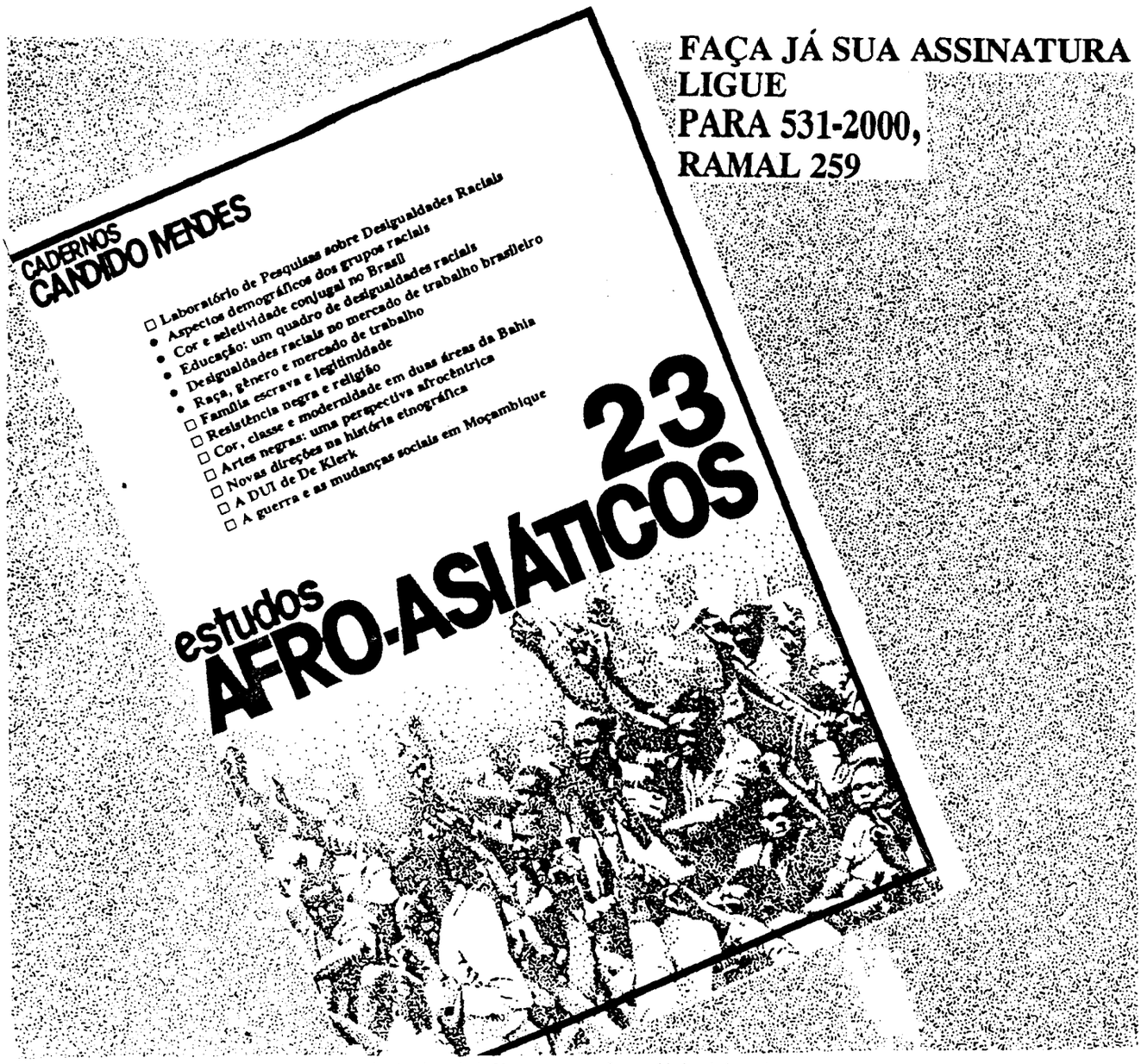
Angola quer que Portugal comande a força internacional que as Nações Unidas poderão enviar para aquele país, assim que as hostilidades cessem, conforme notícia divulgada pelo "Público". Aliás, se tudo correr bem, o nosso País até cooperará com Angola na formação do Exército nacional. Afinal, segundo Fernando Nogueira, "Portugal não é responsável pela auto-exclusão da UNITA". O mesmo já não pensa aquele partido militarizado. Num comunicado enviado do Huambo e lido pela "Vorgan", o general Ben- Ben salienta que se "houver o ressurgir do neo-salazarismo no Governo português, enviando soldados e material de guerra para Angola, as Forças Armadas da UNITA só terão de assumir o seu papel, como em 1961, para salvar a independência do país." Uma postura algo estranha se recordarmos que muitos dos seus ancestrais membros foram iniciados militarmente pela Pide.

Novo apelo do Huambo

MAIS TREZE famílias portuguesas pediram ao Governo português a sua retirada urgente do Huambo, disse à Lusa uma fonte oficial portuguesa contactada por telefone para Benguela. As treze famílias, com mais de 30 pessoas, não estão ainda identificadas e juntam-se ao grupo de 450 cidadãos estrangeiros, na maioria portugueses, que há cerca de duas semanas pediu ao Governo de Lisboa para sair da capital do Planalto Central angolano. Comentando a recente afirmação de Jorge Valentim, responsável da UNITA para a Informação, de que os portugueses estão bem e gratos à UNITA pelo tratamento recebido, aquela fonte disse que "as mensagens que temos recebido são dramáticas" e contrariam aquela afirmação. "Há portugueses doentes que correm o risco de morrer por falta de assistência médica e medicamentos e não há nada que comer". ■

PÚBLICO, 9.6.93

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA
LIGUE
PARA 531-2000,
RAMAL 259



CEAA

A questão racial é um problema nacional

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) foi criado num momento significativo das relações Brasil-África. Era o ano de 1973 e o Brasil iniciava uma aproximação com os países africanos. Já no ano seguinte teve início a curta e conturbada descolonização do velho império luso, em decorrência da derrubada do governo ditatorial de Portugal.
Em sintonia com a conjuntura política e social, o CEAA dirigia seus estudos, nesses primeiros tempos, essencialmente para questões relacionadas com o colonialismo, o *apartheid* e a descolonização.

Nessa época, foi destacada a atuação do CEAA junto à comunidade, ávida por compreender os acontecimentos que se sucediam na África, com a realização de cursos de extensão, seminários e a edição de textos-verbetes sobre temas como a descolonização e o racismo.
Da mesma forma, foi significativo o intercâmbio com a intelectualidade africana, não raro ocupante de postos-chave nos governos dos países de origem.

Data desse período a realização de eventos que transcenderam largamente os limites acadêmicos nacionais. O 1º Seminário Internacional Brasil-África, em 1981, por exemplo, contou com a participação em suas mesas-redondas de mais de 50 especialistas brasileiros e estrangeiros, além de membros de entidades governamentais nacionais e internacionais, entre eles da Unesco, do Bird, PNUD, Ministério das Relações Exteriores e da Finep.

Outro exemplo digno de registro foi a realização em 1983, com a presença de mais de 200 pesquisadores latino-americanos e africanos, do 3º Congresso da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos (ALADAA), instituição à época presidida pelo Professor Candido Mendes.

A partir de 1986, porém, a constatação de imensas lacunas no conhecimento sobre a participação do negro na estrutura social brasileira levou a um redirecionamento na atuação do Centro. Então sob a direção do Professor Carlos Hasenbalg, a ênfase do CEAA passou a ser na pesquisa acadêmica sobre estudos afro-brasileiros e relações raciais.
As desigualdades raciais contemporâneas tornaram-se o principal objeto de interesse da entidade.

"A questão racial afeta toda a sociedade brasileira. Possui relações muito estreitas com a exploração econômica e outras formas de dominação que atingem a população brasileira, constituída de 45% de população negra, segundo o IBGE. Por isso, a questão racial não deve ser encarada como propriedade da comunidade negra, mas como uma problemática nacional", afirma Hasenbalg.

Com o objetivo de incentivar os estudos sobre a presença do negro no Brasil, especialmente — mas não exclusivamente — no período pós-abolição, foram instituídos, em nível nacional, um concurso de monografias aberto a estudantes de graduação e um programa de dotações para pesquisa (o Concurso de Dotações para Pesquisa sobre o Negro no Brasil, realizado anualmente), com recursos financeiros da Fundação Ford, que desde 1980 apóia o CEAA.

Foi também a partir dessa nova orientação para suas linhas de pesquisa que se desenvolveu o projeto de catalogação da produção acadêmica sobre escravidão e relações raciais, cobrindo o período de 1970 a 1990. Dessa pesquisa — parte de um projeto mais amplo coordenado pelo Arquivo Nacional — resultou a publicação em 1991 do livro *Escravidão e relações raciais no Brasil — cadastro da produção intelectual (1970-1990)*.

Outros exemplos de projetos financiados foram o Catálogo de Imprensa Negra, organizado em pastas e em microfilmes e reunindo informações sobre jornais produzidos por negros de 1915 à atualidade, e o Seminário Internacional sobre Racismo e Relações Raciais nos Países da Diáspora Africana, realizado em 1992.

Ainda na área de estudos afro-asiáticos, há duas modalidades de pesquisa — uma diretamente relacionada com orientação na elaboração de teses de pós-graduação e outra voltada para projetos de pesquisa aplicada referentes a demandas da iniciativa privada e de organismos governamentais. Nesta última categoria, destaca-se o estudo dos planos de desenvolvimento sócio-econômico de países africanos, como Angola, Camarões, Congo, Gabão, Moçambique, Argélia, Egito, Quênia, Zaire e Zimbábue, financiado pela Finep.

Em 1991, teve início o Projeto Moçambique. Numa iniciativa conjunta com a Fundação Ford, o CEAA administra a concessão de bolsas de estudo para estudantes moçambicanos interessados em cursar Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro, durante quatro anos.

O CEAA presta consultoria para projetos particulares ligados à temática afro-brasileira, como produções do movimento negro e pesquisas para cinema. "A maior demanda, aí, tem sido por parte do movimento social e das universidades", conta o Professor Carlos Hasenbalg.

Desde 1978, o CEAA edita a publicação *Estudos Afro-Asiáticos*, de periodicidade semestral, considerada uma das mais autorizadas no campo das relações raciais e estudos afro-brasileiros.

Em seu setor de documentação, reúne documentos sobre o movimento negro brasileiro e *clippings* sobre relações raciais, países africanos e política internacional brasileira. Já a biblioteca possui mais de seis mil volumes e uma importante coleção de periódicos.

1992, o ano da vertigem

PÚBLICO, 31.5.93

António Matos

Em Angola, 1992 foi o ano da vertigem. A esperança da paz, a festa da visita do Papa, a euforia das eleições e de novo a guerra. Os ódios tribais e as clivagens de 16 anos de guerra civil foram mais fortes do que os esforços de paz. Os sons das metralhadoras e da artilharia pesada na tarde daquele sábado, 31 de Outubro, acordaram os angolanos de um sonho que durara apenas 17 meses.

A aplicação dos acordos de paz, assinados em Bicesse, em 31 de Maio de 1991, não fora exemplar, sobretudo em três aspectos: os exércitos partidários não estavam desmobilizados; Jonas Savimbi controlava, à data das eleições, mais de metade do território — nunca deixou de pairar o fantasma do fracassado Acordo do Alvor (assinado na localidade algarvia do mesmo nome em Janeiro de 1974); ao processo eleitoral faltou empenhamento das Nações Unidas, que não tinham no terreno mais do que 500 elementos.

No segundo semestre de 1991, iniciou-se a libertação dos prisioneiros (20 de Julho em Luanda, uma semana depois na Jamba), as tropas começaram a deslocar-se para as áreas de acantonamento (11 de Agosto), Savimbi instalou-se em Luanda (29 de Setembro), Governo e UNITA assinaram a directiva para a constituição das Forças Armadas Angolanas (9 de Outubro, inaugurando-se dois meses depois a Escola de Formação de Oficiais Superiores do Huambo) e a extensão da administração do Estado deu o primeiro passo (Quibaxe, em 29 de Novembro).

O ano seguinte seria, porém, decisivo. E, à medida que se aproximava a data das eleições, as dificuldades aumentavam.

JANEIRO
Toda a esperança

Em Janeiro, o clima de paz leva, no dia 10, o conceituado Rali Paris-Cidade do Cabo ao território angolano. Os partidos emergentes — cerca de 30 — envolvem-se no processo político e contribuem para a definição, na primeira reunião multipartidária, das linhas gerais da nova ordem constitucional.

A UNITA não participa neste fórum, por considerar que, enquanto signatária dos acordos de paz, será no âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) que terá de se pronunciar.

A confiança da comunidade internacional na paz angolana está em crescendo e os acordos Estado-a-Estado, assinados em apenas dois meses, põem à disposição de Angola mais de três mil milhões de dólares (mais de 420 milhões de contos).

Cabinda é notícia pela voz do Estado-Maior do Exército das FAPLA (ex-forças armadas do MPLA), que diz terem morrido 11 pessoas na primeira quinzena de Janeiro, em consequência dos confrontos com a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda). Os argumentos nacionalistas começam, ainda neste mês de Janeiro, a agitar-se nas províncias das Lundas, o Nordeste do território angolano.

FEVEREIRO
Dissidência

A UNITA perde, nos últimos dias de Fevereiro, o contacto com Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes, "ministros" do Interior e dos Negócios Estrangeiros do seu governo-sombra.

A última vez que Costa Fernandes fala como porta-voz da UNITA é no dia 13 de Fevereiro, refutando acusações governamentais de que o seu partido terá armamentos enterrados. Já como dissidente, este general dirá em Abril que a UNITA tem "um exército de reserva".

O clima de confiança dos investidores estrangeiros traduz-se em propostas de recuperação de fazendas de café por parte de empresários portugueses, ingleses e iranianos. Em 1973, com 241 mil toneladas, Angola era o terceiro produtor mundial de café.

MARÇO
Direitos Humanos

No mês em que a Televisão Popular de Angola inicia a transmissão da missa dominical, quando já está confirmada a visita do Papa, é tornada pública a notícia da morte de Tito Chinguji e Wilson dos Santos — representantes da UNITA em Washington e Lisboa, respectivamente, nos anos 80. É o início de um debate nunca concluído sobre a violação dos direitos humanos durante a guerra civil angolana.

De concreto, no rescaldo das acusações cruzadas entre Jonas Savimbi e N'Zau Puna, sabe-se apenas que os dois dirigentes da UNITA foram executados já depois da assinatura dos acordos de paz. Numa declaração divulgada pela Vorgan, Jonas Savimbi diz que "haverá com certeza, num ponto dado, para a defesa da própria organização, um atropelo dos direitos humanos".

No último dia deste mês, inicia-se a desmobilização dos militares dos dois exércitos partidários que se opuseram na guerra civil de 16 anos.

É o primeiro passo de um caminho nunca percorrido. Pelo menos 30 mil homens armados estarão de novo nas fileiras da UNITA e muitos dos desmobilizados das FAPLA mudarão apenas de farda para a nova guerra: vão envergar a do exército único e a dos "ninjas", a polícia antimotim.

ABRIL
A morte dos portugueses

Duas famílias portuguesas são assassinadas, no dia 25, cerca de 100 quilómetros a sul de Luanda, na localidade de São Brás. Três crianças e quatro adultos perdem a vida às mãos de três assassinos que a polícia liga à UNITA. Com a paz e a abertura do regime, a criminalidade expande-se. O crime de São Brás, como fica conhecido, traumatiza as comunidades estrangeiras na capital angolana que retraem os seus hábitos sociais durante várias semanas.

No plano político, destaca-se o abandono do Partido Renovador Democrático (PRD, uma das duas ramificações da ACA, Associação Cívica Angolana) por Joaquim Pinto de Andrade, figura histórica da luta pela independência. É substituído na presidência do partido por Luís dos Passos, sobrevivente da repressão que se seguiu à tentativa de golpe de Estado de 27 de Maio de 1977.

MAIO
Recenseamento eleitoral

Iniciava-se a 20 de Maio o recenseamento eleitoral, que terminará três meses depois, com 4.862.748 angolanos inscritos — quase o total da população eleitoral prevista num país em que, segundo agências especializadas da ONU, cerca de metade da população tem menos de 15 anos, isto é, nasceu já nos anos da guerra.

Uma maratona que evidencia a falta de meios postos à disposição do processo eleitoral, tanto pelas Nações Unidas como pelo Governo angolano.

Destaca-se, por isso, aquela brigada que, para registar cinco eleitores, percorre a pé 102 quilómetros na Lunda Norte. Simbolicamente, Eduardo dos Santos é o primeiro a adquirir o cartão de eleitor.

Quando se cumpre o primeiro aniversário da assinatura dos Acordos de Paz para Angola, Governo e UNITA assinalam a data em cerimónias separadas. Num encontro realizado a 30 de Maio, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi consideram positivos os passos dados entretanto, no sentido da consolidação da paz, e os dois mostram-se preocupados com os atrasos na desmobilização, e consequente formação das Forças Armadas Angolanas, e com a espiral da propaganda hostil.

JUNHO
O Papa

O papa João Paulo II faz uma visita de seis dias a Angola, uma das mais longas do seu pontificado. O fim das comemorações dos 500 anos de Evangelização em Angola é assinalado simbolicamente em M'Banza Congo, antiga São Salvador do Congo, diocese em 1596 e considerada o mais antigo centro de evangelização de África ao sul do Sara. Em Cabinda, Huambo, Benguela, Lubango e Luanda, o papa Wojtyla reforça uma esperança de paz que se esfumou em quatro meses.

Agora foi a vez de o líder da UNITA, Jonas Savimbi, se recensear. Num musseque de Luanda, o Quicolo. E promete ser aquele o local escolhido para votar nas eleições de 29 e 30 de

Continua na pág. 10

Continuação da pág. 9

1992, o ano da vertigem

Setembro. Chega-se a pensar que a arma que o guerrilheiro usou durante 30 anos acabou de ser trocada pelo cartão de eleitor número 0937188.

Os bispos de Angola, em documento lido nas homilias da missa do último domingo, identificam "quatro inimigos da paz: linguagem provocadora; dois exércitos rivais; tribalismo fechado; criminalidade organizada".

Cabinda regressa aos noticiários, com um tentativa da Presidência da República para se alcançar um entendimento quanto ao futuro do antigo protectorado português. Com esse objectivo, Ranque Frank, fundador da FLEC, residente em Paris, desloca-se a Luanda a convite de José Eduardo dos Santos. Com Frank, estão em Luanda Eduardo Sozinho e Luís Gimby, dois membros do Conselho Supremo de Coordenação da FLEC, constituído em Novembro de 1991 em Lisboa, na Conferência de Quadros e Patriotas de Cabinda.

A guerrilha não aceita, porém, esta iniciativa: a FLEC Renovada, de Tibúrcio Luemba, demarca-se destas negociações, que qualifica como "um acto de diversão do Governo angolano"; a FLEC-FAC (Forças Armadas de Cabinda), de N'Zita Tiago, nega credibilidade às negociações em curso — atitude semelhante à de Peso Bambi, secretário-geral do Conselho Supremo. Há ainda a FLEC-Lubota, comandada por Inácio Kivila. Todos se opõem a uma solução que passe pela autonomia do enclave.

JULHO
Alta tensão

A tensão político-militar começa uma escalada que jamais terá fim. Na cidade de Malanje, no Norte do território, forças da UNITA e do Governo envolvem-se numa batalha campal, no bairro com o nome premonitório de Carreira de Tiro. Pela primeira vez, a CCPM não pode ignorar que se trata de uma violação dos Acordos de Paz. No Lobito, litoral sul, um diferendo entre a direcção do porto e os estivadores, por causa de um cartaz de Jonas Savimbi, leva a que estes iniciem uma greve que terminará na substituição de 1300 trabalhadores por desmobilizados da guerra.

Ainda nos primeiros dias deste mês, uma cidadã francesa é morta em Luanda.

Dando o tom da desconfiança que subsiste entre os dois ex-beligerantes e co-signatários dos acordos de paz, José Eduardo dos Santos diz temer um "golpe de força da UNITA antes ou depois das eleições", em entrevista à revista "Le Nouvel Afrique-Asie".

Daniel Chipenda, um dos mais controversos políticos angolanos, afasta-se do MPLA no final da reunião do Comité Central. Queria que tivesse sido mais discutida a escolha de Eduardo dos Santos como candidato presidencial. Ele próprio se candidatará como independente.

Para tentar reabilitar a aplicação dos acordos, os governantes dos três países observadores do processo de paz iniciam uma nova visita a Angola. Durão Barroso (Portugal), Herman Cohen (Estados Unidos) e Grigori Karasin (Rússia) pretendem "reforçar a cooperação política entre a UNITA e o Governo". Partem "optimistas".

AGOSTO
Sob o signo da intolerância

A campanha eleitoral angolana começa, nos últimos dias de Agosto, sob o signo da intolerância. No Huambo e no Bié, confrontos entre militantes e militares do MPLA e da UNITA provocam três mortos e um número indeterminado de feridos no primeiro dia de campanha. Ao longo dos 30 dias, será noticiada a morte de 33 pessoas. Na corrida eleitoral estão 17 partidos e uma coligação, que apoiam 13 candidatos presidenciais, a maioria deles sem os meios que, no caso do MPLA — na opinião de políticos ocidentais — chegam para várias campanhas num país como Portugal.

A abrir o mês, Malanje voltou a ser palco de confrontos entre Governo e UNITA, o que se saldou em cinco mortos e 15 feridos.

SETEMBRO
Eleições

A missão tri-partida de observadores do processo de paz regressa a Luanda nos primeiros dias. Nos contactos que mantém com o Governo e a UNITA procura atenuar a reacção a uma derrota eleitoral.

Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi encontram-se para fixar 27 de Setembro como data da extinção formal dos dois exércitos partidários. Os signatários dos acordos de paz concordam ainda em constituir um Governo de Unidade Nacional — uma forma de não excluir o partido que vier a perder as eleições. O encontro resulta da pressão exercida por Barroso, Cohen e Karasin.

Motim em Cabinda. Durante vários dias, em resultado de uma insurreição de desmobilizados, o poder cai na rua. Como retaliação pela morte de um soldado e um sargento, alegadamente pela guerrilha separatista, desmobilizados das FAPLA (exército do MPLA) matam aldeões, prendem elementos do comité clandestino da FLEC e percorrem, durante alguns dias, as ruas de Cabinda disparando para o ar.

A uma semana das eleições, a UNITA detém, no Bié, 10 guardas da segurança do Presidente da República, acusando-os de prepararem um atentado contra Savimbi.

No dia 26, Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi encontram-se em Luanda. Aceitam extinguir formalmente os exércitos e prometem aceitar os resultados das eleições. Nem uma coisa nem outra. Nunca mais voltam a encontrar-se.

Chegam, por fim, as eleições. Os quase cinco milhões de eleitores angolanos votam em massa. Uma criança recebe o nome Voto porque nasce numa assembleia eleitoral, no Nordeste do país. As Nações Unidas consideram as eleições "de um modo geral livres e justas". O MPLA ganha com maioria absoluta, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi ficam de disputar uma segunda volta no prazo de 30 dias. A UNITA diz não.

Na manhã do segundo dias das eleições, um segurança de um governante angolano é morto pelos soldados de Savimbi no quintal da residência do embaixador António Monteiro — chefe da missão portuguesa na CCPM. A UNITA "limpa" todo um quarteirão do bairro mais "in" de Luanda — Miramar —, onde se situa a residência atribuída a Savimbi desde Setembro de 1991.

OUTUBRO
O tudo ou nada da UNITA

Os resultados das eleições avançam a conta-gotas. Um escrutínio alternativo, organizado pelo então ministro da Informação, Rui de Carvalho, anda mais depressa e os seus números passam amiúde na televisão e na rádio. Os primeiros dados são humilhantes para a UNITA — que tinha, também, um escrutínio paralelo. No dia 3 de Outubro, estoira a primeira bomba: Savimbi diz que os dados (oficiosos) divulgados pela comunicação social são fraudulentos, que já levaram ao suicídio militantes da UNITA, e denuncia a "fraude generalizada".

"Cabe-nos a nós, combatentes da liberdade (...) dizer-vos que o MPLA não está a ganhar e o MPLA não pode ganhar. A UNITA apostou na mudança. É preciso que o regime mude, senão nem daqui a 50 anos poderemos desalojar do poder aqueles que pensam ter nascido para governar os outros." Palavras do discurso de Jonas Savimbi, difundido pela Vorgan na madrugada do dia 3. E o cenário da guerra adensa-se: "(...) Como dissemos em 1975 ao falecido Agostinho Neto, começar uma luta é fácil; prolongá-la e ganhá-la é difícil."

Os generais da UNITA abandonarão o exército único, Savimbi refugiar-se-á no Huambo. A divulgação oficial dos resultados, ante a ameaça de guerra pela UNITA, acontecerá só no dia 17 e ficará marcada pela morte de dois jovens em recontros entre apoiantes dos dois partidos rivais. A missão tripartida ainda se desdobra em contactos, num vaivém de Luanda para o Huambo, tentando um encontro entre Savimbi e Eduardo dos Santos.

Nenhum acordo é possível. As armas, entretanto distribuídas em profusão pela polícia em Luanda e em algumas cidades, como Lobito e Benguela, falam mais alto. No dia 31.

NOVEMBRO
Radicalismo étnico

Uma alegada tentativa de assalto ao aeroporto de Luanda, a 30 de Outubro, pelas forças da UNITA, deixa pelo caminho mais três mortes portuguesas.

Sábado, 31 de Outubro. A meio da tarde, os bairros, hotéis e residências onde se encontram militantes, dirigentes e militares da UNITA serão fustigados por fogo governamental. Oficialmente, é o povo em armas que se cansou da convivência com uma UNITA conflituosa. Em três dias, Luanda regressa ao passado monopartidário. É um tempo de caça ao homem. Os dirigentes da oposição emergente preferem o silêncio e ironizam: "Tivemos uma crise de varicela. Não pudemos sair à rua durante três dias."

Continua na pág. 11

O limite insustentável

EXPRESSO, 12.6.93

«DEUS esqueceu Angola e os angolanos morrem como tordos no meio da indiferença geral», desabafou um diplomata ocidental em Luanda, não vendo razões para que Savimbi não aceite um cessar-fogo, **«agora que a vitória militar parece ao alcance da UNITA»**.

A passividade da comunidade internacional tem sido o melhor aliado dos homens de Savimbi, que não acreditam nas ameaças verbais nem na possibilidade de uma intervenção norte-americana em defesa do Governo de Luanda. O MPLA, dizem ainda, deve deixar de confiar nos **«amigos»** estrangeiros, reconhecer a sua incapacidade e negociar **«a sério»** com a UNITA.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa de Marfim, Essy Amara, garante que **«tudo está pronto para que as negociações de paz para Angola possam recomeçar entre 15 e 20 de Junho»**, mas, em Luanda, os observadores e a ONU exigem agora garantias: Abidjan II só depois da suspensão dos combates e da libertação de todos os estrangeiros reféns da UNITA, entre os quais portugueses, retidos no Huambo, cuja situação voltou ao primeiro plano da actualidade após a visita, esta semana, do delegado do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) em Luanda, Christophe Harnish.

Harnish achou a cidade **«destruída mas limpa»** e a população, escassa, **«menos esfomeada do que esperava»**. A falta de medicamentos e médicos é o problema mais urgente e a evacuação dos estrangeiros **«o mais complicado»**. Confirmou que a **«esmagadora maioria»** dos estrangeiros, portugueses incluídos, quer ser repatriada.

A UNITA sustenta que **«ninguém está preso no Huambo»**, mas que os governos interessados devem negociar com ela os aspectos logísticos da evacuação.

O braço-de-ferro entre Savimbi e o Governo português acentuou-se em consequência da resolução aprovada, terça-feira, pela «troika» de observadores de Bicesse, que retoma, em termos mais duros, as grandes linhas da última resolução do Conselho de Segurança (CS) da ONU de 1 de Junho. Ambas exigem que a UNITA suspenda as suas acções militares e liberte imediatamente **«os estrangeiros que tomou como reféns»**. Mas, para a UNITA, o responsável é o Governo de Lisboa, que acusa de seguir uma política **«neo-salazarista»**.

Luanda aguarda sanções à UNITA

As sanções a tomar contra a UNITA não foram reveladas, mas uma fonte próxima da delegação portuguesa admite que a «troika» possa reunir-se de novo, provavelmente em Moscovo, e antes do prazo de 15 de Julho fixado pelo CS como termo do actual mandato da UNAVEM.

Para Washington, é ponto assente que o reconhecimento do Governo de Luanda, anunciado pessoalmente pelo Presidente Clinton, é a consequência lógica do processo democrático iniciado em Angola sob o controlo da ONU, que não pode, sem correr o risco de perder toda credibilidade, permitir que este processo seja subvertido pela força das armas e afogado num banho de sangue.

O primeiro-ministro angolano, Marcelino Moco, disse ao EXPRESSO que Luanda considera **«encorajante»** o facto dos observadores **«estarem dispostos a passar das palavras aos actos»** face à **«intensificação dos movimentos ofensivos da UNITA»**.

A queda do Cuíto, dada como iminente, pode ser o começo da derrocada final das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Os meios escasseiam para reabastecer as tropas sitiadas na capital do Bié e a retirada é impossível. **«Desta vez não haverá fugitivos nem jornalistas para relatar a longa agonia dos defensores do Cuíto»**, disse um militar angolano, que solicitou o anonimato.

A liquidação do último reduto governamental no Planalto permitiria à UNITA reagrupar as suas forças para tentar ocupar Malange e Saurimo — as duas capitais de província actualmente mais vulneráveis — e acentuar a pressão sobre o Cuanza Sul.

Entretanto, em Luanda e outras cidades do litoral submergidas pelo fluxo dos refugiados, a fome e as doenças — paludismo, cólera, amibiases — ceifam diariamente centenas de vidas. Poucos angolanos acreditam num «milagre» chamado paz e a resistência das populações civis está à beira de se esgotar.

Nicole Guardiola
com **Gustavo Costa**
correspondente em LUANDA

Continuação da pág. 10

1992, o ano da vertigem

Cenário semelhante, com centenas de mortos pelas ruas — um balanço que está por fazer — repete-se em Benguela e no Lobito.

A UNITA constitui, porém, uma força real. Toma o Caxito, capital do Bengo, no rescaldo da batalha de Luanda, e os 60 quilómetros que separam as duas cidades tornam-se uma romaria de refugiados — 15 mil, segundo estimativas oficiais.

As forças de Savimbi tomarão ainda N'Dalatando, capital do Cuanza Norte. O povo angolano volta a fugir da guerra, um pouco por todo o país. A norte e a sul, umbundus e kimbundus passam a ser perseguidos.

Mais uma vez, o esforço dos observadores do processo de paz parece sanar o conflito. A 26 de Novembro, delegações de alto nível do Governo e da UNITA encontram-se no Namibe. Lágrimas e abraços. Efémeros. Dois dias depois, a UNITA ocupa militarmente a capital do Uíge e, na mesma província nortenha, a importante base aérea do Negage.

O Governo, legitimado na investidura da Assembleia Nacional saída das eleições, "jamais confiará na UNITA", prescreve um general que esteve no Namibe. A guerra passou a ser uma tentação.

DEZEMBRO

A lógica da guerra

O MPLA define claramente a sua estratégia. Uma frente política, para empossar o novo Governo e ilegalizar a UNITA; outra frente militar, para afastar a UNITA das cidades ocupadas — ao tempo, segundo dados governamentais, cerca de 110 dos 166 municípios do país estão sob controlo do partido de Savimbi.

A estratégia militar defronta-se com vários obstáculos: as FAPLA foram extintas e a maior parte do seu equipamento está desaparecido ou inutilizado; as novas Forças Armadas Angolanas são um exército incipiente; os voluntários para uma nova e prolongada guerra escasseiam.

Ali à mão estão os "ninjas", a que Savimbi chama o "exército de reserva do Governo". Treinados por espanhóis, na guerra das cidades mostram-se eficazes. E, embora já poucos acreditem numa solução do conflito pela via militar, a guerra recomeça. ■

Uma seleção criteriosa, precedida de comentários, de recortes das principais notícias sobre os países africanos de língua oficial portuguesa e da África Austral, publicadas em jornais e revistas internacionais

ANGOLANOS DE HOTELARIA

ESTÁGIO EM PORTUGAL

São 31 angolanos e profissionais de hotelaria. Vieram a Portugal para um estágio de formação profissional.

● HANDEL DE OLIVEIRA (texto) MARCOS BORGA (fotos) SÁBADO, 11-17.

A iniciativa é da empresa onde trabalham - a ESTA, que além das unidades hoteleiras que mantém em Luanda e Cabinda, tem ainda em funcionamento outras em S.Tomé e Príncipe, na Guiné- Bissau, preparando-se para abrir mais em Moçambique e no Brasil.

É o terceiro ano consecutivo que traz trabalhadores seus, angolanos, para frequentarem estágios de aperfeiçoamento nas unidades portugueses que exploram em Lisboa, no Estoril e no Guincho. Procuram assim colmatar a falta que se faz sentir em Angola de profissionais qualificados.

RACISMO -"Estou muito satisfeita com tudo o que encontrei e com a forma como correu o estágio. É uma forma de nos valorizarmos, de trocarmos impressões e vermos como trabalham os nossos colegas portugueses" - diz-nos Eulália Maria Lopes da Silva, de 28 anos. Controladora e auditora de receitas, casada e mãe de um pequenito de 5 anos, há quatro anos que é funcionária da ESTA. Só lamenta é que tenha encontrado portugueses que tratam mal os africanos. Conta-nos:

"Fui com um grupo de amigas a um restaurante e ouvi comentários que me chocaram, como o de "cheira a palha"... Eu sei que há muitos angolanos que vêm para aqui, não trabalham e depois tornam-se ladrões. E também é verdade que em Angola há pessoas de cor que tratam mal os brancos, mas quer lá, quer aqui, não aceito atitudes racistas."

Eulália Maria é natural de Luanda e só tinha estado em trânsito por Lisboa, a caminho de Sófia, na Bulgária, onde foi em passeio, visitar o marido que ali frequentou e acabou o ano passado um curso de economia e relações internacionais. Ela tirou em Angola um curso de contabilidade e o seu primeiro emprego foi de analista de bacteriologia no Ministério da Saúde.

SINDICALISTA - Outro dos estagiários é Faustino Tomás . É electricista, tem 39 anos, continua solteiro e nasceu no Uíge, onde viveu até 1977. Já em Luanda tirou um curso da sua especialidade numa empresa de construção de obras industriais, onde se empregou, após o que esteve no Hospital Militar, tendo entrado há sete anos para a ESTA.

É o primeiro secretário da comissão sindical da empresa e visita Portugal pela primeira vez. Aliás nunca tinha saído antes de Angola. Também está muito satisfeito com o que aqui tem encontrado e diz que os colegas que o acompanham também comungam da mesma opinião.

Da vida em Angola afirma que o desemprego está a aumentar, que há falta de bens de primeira necessidade e quanto às condições de trabalho diz que na ESTA são das melhores que existem em Luanda. Sobre reivindicações dos trabalhadores salienta que os dirigentes sindicais têm encontrado grande compreensão e abertura junto da direcção da empresa e os maiores problemas são a actualização dos salários, que têm de ser feitos periodicamente, dada a inflação que se regista no país, em períodos que não podem exceder os três a seis meses.

PROBLEMAS - Outros problemas que enfrentam são a falta de assistência médica e as dificuldades de transportes de casa para o trabalho, dado que há muitos trabalhadores que vivem longe e, em Luanda, a rede de transportes colectivos é muitíssimo deficitária. Comenta:

"Claro que temos de compreender esta situação, dado a guerra que existe em Angola. Só queremos é que os políticos acabem por se entender para que finalmente possamos ter paz."

Tanto Eulália Maria como Faustino Tomás ficaram especialmente impressionados com a visita que fizeram à sala onde foram assinados os acordos de Bicesse. Também estiveram no Palácio da Vila em Sintra, na Escola Superior de Hotelaria e o jantar de encerramento do estágio, onde receberão os diplomas, vai ser no restaurante do aeroporto.

Como nos informou a dra. Maria Emília Leite, chefe da secção do pessoal da empresa, em Lisboa, "estes estágios têm por objectivo a valorização profissional e a troca de experiências." A selecção dos trabalhadores é feita pelo mérito de cada um a nível de desempenho.

Há um plano operacional dos estágios nas várias categorias profissionais. Este ano funcionaram as seguintes: Manutenção/ Mesa-Bar/ Cozinha/ Pastelaria/ Serviços Administrativo-Financeiros/ Quartos/ e Recepção. ❑

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beatrice Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto, Williams Neto (arte-final), Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. – Assinatura anual: *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *Instituições nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00 (Dólar comercial). *We ask exchange.*

IMPRESSO